

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0007468-42.2009.4.03.6317/SP**  
2009.63.17.007468-4/SP

D.E.

Publicado em 9/2/2012

RELATOR : Juiz Federal Convocado DAVID DINIZ  
APELANTE : \_\_\_\_\_ incapaz e outro  
: \_\_\_\_\_ incapaz  
ADVOGADO : ANA CRISTINA FRONER FABRIS e outro  
REPRESENTANTE : \_\_\_\_\_  
ADVOGADO : ANA CRISTINA FRONER FABRIS  
APELANTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS  
ADVOGADO : ELIANA FIORINI e outro  
: HERMES ARRAIS ALENCAR  
APELADO : \_\_\_\_\_  
ADVOGADO : ROSANGELA MARIA VIEIRA DA SILVA  
: e outro  
APELADO : OS MESMOS  
No. ORIG. : 00074684220094036317 3 Vr SAO  
: BERNARDO DO CAMPO/SP

**EMENTA**

**PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRELIMINARES REJEITADAS. UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA. STATUS JURÍDICO DE ENTIDADE FAMILIAR. QUALIDADE DE SEGURADO. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE. COMPANHEIRO. TERMO INICIAL.**

I - O critério definidor da competência da Justiça Federal estampado no art. 109 da Constituição da República leva em consideração a natureza das pessoas envolvidas na relação processual. No caso em tela, a demanda refere-se a pedido de concessão de pensão por morte, mediante o reconhecimento de união estável homoafetiva, em face do INSS, autarquia federal, de modo a restar fixada a competência da Justiça Federal para processar e julgar o presente feito.

II - A impossibilidade jurídica do pedido deve ser reconhecida quando a legislação vigente veda, expressa e genericamente, a tutela jurídica pretendida, não quando o autor não tem direito a ela, matéria esta afeta ao mérito. A pensão por morte tem expressa previsão legal. Se o autor tem, ou não, direito a esse benefício previdenciário, é questão que se resolve com a procedência ou

improcedência do pedido, não com a extinção preliminar sem apreciação do mérito.

III - O Supremo Tribunal Federal - na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n.º 4277 julgada em 05/05/2001 - reconheceu o status jurídico de entidades familiares às relações homoafetivas. Diante desse quadro, a concessão de benefícios previdenciários aos casais homoafetivos dar-se-á nos mesmos moldes para com os casais heteroafetivos, devendo-se exigir dos primeiros o mesmo que se exige dos segundos. No caso de pensão por morte, a qualidade de segurado do *de cujus*, o vínculo de afetividade e a dependência econômica presumida.

IV - O autor logrou comprovar nos autos, tanto documental quanto testemunhalmente, a união estável homoafetiva entre ele e o falecido, sendo que, na condição de companheiro, a dependência econômica é presumida, nos termos do § 4º, do artigo 16, da Lei nº 8.213/91.

V - O termo inicial do benefício é a data do óbito, ou seja, 11.12.2008 uma vez que o pedido foi efetuado dentro do prazo de trinta dias antes do óbito, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 8.213/91 (v. fl. 34).

VI - Preliminares rejeitadas. Apelação dos réus improvidas.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, **DECIDE** a Décima Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça Federal e impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, negar provimento aos apelos dos réus, nos termos do relatório e voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 31 de janeiro de 2012.

**DAVID DINIZ**  
**Juiz Federal Convocado**

---

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): DAVID DINIZ DANTAS:10089

Nº de Série do Certificado: 0F010B326C219085

Data e Hora: 31/1/2012 17:36:51

---

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0007468-42.2009.4.03.6317/SP**  
2009.63.17.007468-4/SP

RELATOR : Juiz Federal Convocado DAVID DINIZ  
APELANTE : \_\_\_\_\_ incapaz e outro  
: \_\_\_\_\_ incapaz  
ADVOGADO : ANA CRISTINA FRONER FABRIS e outro  
REPRESENTANTE : \_\_\_\_\_  
ADVOGADO : ANA CRISTINA FRONER FABRIS  
APELANTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS  
ADVOGADO : ELIANA FIORINI e outro  
: HERMES ARRAIS ALENCAR  
APELADO : \_\_\_\_\_  
ADVOGADO : ROSANGELA MARIA VIEIRA DA SILVA e outro  
APELADO : OS MESMOS  
No. ORIG. : 00074684220094036317 3 Vr SAO BERNARDO DO  
: CAMPO/SP

## VOTO

### 1. Preliminares

#### Incompetência da Justiça Federal

O critério definidor da competência da Justiça Federal estampado no art. 109 da Constituição da República leva em consideração a natureza das pessoas envolvidas na relação processual.

Nesse sentido, firme a posição jurisprudencial:

***"CONFLITO DE COMPETÊNCIA: AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM MOVIDA POR ALUNO CONTRA INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.***

***1. A competência cível da Justiça Federal, estabelecida na Constituição, define-se, como regra, pela natureza das pessoas envolvidas no processo: será de sua competência a causa em que figurar a União, suas autarquias ou empresa pública federal na condição de autora, ré, assistente ou oponente (art. 109, I, a).***

***2. Compete à Justiça Estadual, por isso, processar e julgar a causa em que figuram como partes, de um lado, o aluno, e, de outro, uma entidade particular de ensino superior. No caso, ademais, a matéria versada na demanda tem relação com ato particular de gestão.***

***3. (...)***

***4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Estadual, o suscitado."***

*(STJ - Primeira Seção - Relator Ministro Teori Albino Zavascki - DJ 13/10/2003. Pág. 223 - Votação unânime)"*

No caso em tela, a demanda refere-se a pedido de concessão de pensão por morte, mediante o reconhecimento de união estável homoafetiva, em face do INSS, autarquia federal, de modo a restar fixada a competência da Justiça Federal para processar e julgar o presente feito.

Desta forma, afasto a preliminar aviventada.

## **1.2. Impossibilidade jurídica do pedido**

A impossibilidade jurídica do pedido deve ser reconhecida quando a legislação vigente veda, expressa e genericamente, a tutela jurídica pretendida, não quando o autor não tem direito a ela, matéria esta afeta ao mérito.

Com essa linha de argumentação cito o seguinte precedente:

***"PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ARGUIÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADA. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C". NÃO-DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.***

***1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.***

***2. O pleito do recorrido foi no sentido de "anular a questão de nº 15 da prova objetiva do Concurso" (fl. 19), tendo em vista que o item proposto conteria duas alternativas corretas, tese confirmada pela perícia judicial realizada na Corte de origem. Acerca da sustentada impossibilidade jurídica do pedido do pedido, observo que a análise de tal questão se confunde com o próprio mérito da demanda. Ademais, o pedido não é impossível juridicamente quando o ordenamento jurídico o não proíbe de forma expressa.***

***3. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídicas entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.***

***4. Agravo Regimental não provido."***

*(STJ, AgRg no REsp 1265814/DF, Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/10/2011, publicado em DJe 17/10/2011)*

A pensão por morte tem expressa previsão legal. Se o autor tem, ou não, direito a esse benefício previdenciário, é questão que se resolve com a procedência ou improcedência do pedido, não com a extinção preliminar sem apreciação do mérito.

Dessa forma, afasto a referida preliminar.

## 2. Mérito

Inicialmente, consigno que o Supremo Tribunal Federal - na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n.º 4277 julgada em 05/05/2001 - reconheceu o status jurídico de entidades familiares às relações homoafetivas, conforme ementa que se transcreve a seguir:

**"ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF). PERDA PARCIAL DE OBJETO. RECEBIMENTO, NA PARTE REMANESCENTE, COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. UNIÃO HOMOAFETIVA E SEU RECONHECIMENTO COMO INSTITUTO JURÍDICO. CONVERGÊNCIA DE OBJETOS ENTRE AÇÕES DE NATUREZA ABSTRATA. JULGAMENTO CONJUNTO. Encampação dos fundamentos da ADPF n.º 132-RJ pela ADI n.º 4.277-DF, com a finalidade de conferir "interpretação conforme à Constituição" ao art. 1.723 do Código Civil. Atendimento das condições da ação. 2. PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA. O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de "promover o bem de todos". Silêncio normativo da Carta Magna a respeito do concreto uso do sexo dos indivíduos como saque da kelseniana "norma geral negativa", segundo a qual "o que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido". Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da "dignidade da pessoa humana": direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual. O concreto uso da sexualidade faz**

*parte da autonomia da vontade das pessoas naturais. Empírico uso da sexualidade nos planos da intimidade e da privacidade constitucionalmente tuteladas. Autonomia da vontade. Cláusula pétrea. 3. TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA. RECONHECIMENTO DE QUE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO EMPRESTA AO SUBSTANTIVO "FAMÍLIA" NENHUM SIGNIFICADO ORTODOXO OU DA PRÓPRIA TÉCNICA JURÍDICA. A FAMÍLIA COMO CATEGORIA SÓCIO-CULTURAL E PRINCÍPIO ESPIRITUAL. DIREITO SUBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. INTERPRETAÇÃO NÃO-REDUACIONISTA. O caput do art. 226 confere à família, base da sociedade, especial proteção do Estado. Ênfase constitucional à instituição da família. Família em seu coloquial ou proverbial significado de núcleo doméstico, pouco importando se formal ou informalmente constituída, ou se integrada por casais heteroafetivos ou por pares homoafetivos. A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão "família", não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa. Família como instituição privada que, voluntariamente constituída entre pessoas adultas, mantém com o Estado e a sociedade civil uma necessária relação tricotômica. Núcleo familiar que é o principal lócus institucional de concreção dos direitos fundamentais que a própria Constituição designa por "intimidade e vida privada" (inciso X do art. 5º). Isonomia entre casais heteroafetivos e pares homoafetivos que somente ganha plenitude de sentido se desembocar no igual direito subjetivo à formação de uma autonomizada família. Família como figura central ou continente, de que tudo o mais é conteúdo. Imperiosidade da interpretação não-reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil. Avanço da Constituição Federal de 1988 no plano dos costumes. Caminhada na direção do pluralismo como categoria sócio-político-cultural. Competência do Supremo Tribunal Federal para manter, interpretativamente, o Texto Magno na posse do seu fundamental atributo da coerência, o que passa pela eliminação de preconceito quanto à orientação sexual das pessoas. 4. UNIÃO ESTÁVEL. NORMAÇÃO CONSTITUCIONAL REFERIDA A HOMEM E MULHER, MAS APENAS PARA ESPECIAL PROTEÇÃO DESTA ÚLTIMA. FOCADO PROPÓSITO CONSTITUCIONAL DE ESTABELEECER RELAÇÕES JURÍDICAS HORIZONTAIS OU SEM HIERARQUIA ENTRE AS DUAS TIPOLOGIAS DO GÊNERO HUMANO. IDENTIDADE CONSTITUCIONAL DOS CONCEITOS DE "ENTIDADE FAMILIAR" E "FAMÍLIA". A referência constitucional à dualidade básica homem/mulher, no §3º do seu art. 226, deve-se ao centrado intuito de não se perder a menor oportunidade para favorecer relações jurídicas horizontais ou sem hierarquia no âmbito das sociedades domésticas. Reforço normativo a um mais eficiente combate à renitência patriarcal dos costumes brasileiros. Impossibilidade de uso da letra da Constituição para ressuscitar o art. 175 da Carta de 1967/1969. Não há como fazer rolar a cabeça do art. 226 no patíbulo do seu parágrafo terceiro. Dispositivo que, ao utilizar da terminologia "entidade familiar", não pretendeu diferenciá-la da "família". Inexistência de hierarquia ou diferença de qualidade jurídica entre as duas formas de constituição de um novo e autonomizado núcleo doméstico. Emprego do fraseado "entidade familiar" como sinônimo perfeito de família. A Constituição não interdita a formação*

*de família por pessoas do mesmo sexo. Consagração do juízo de que não se proíbe nada a ninguém senão em face de um direito ou de proteção de um legítimo interesse de outrem, ou de toda a sociedade, o que não se dá na hipótese sub judice. Inexistência do direito dos indivíduos heteroafetivos à sua não-equiparação jurídica com os indivíduos homoafetivos. Aplicabilidade do §2º do art. 5º da Constituição Federal, a evidenciar que outros direitos e garantias, não expressamente listados na Constituição, emergem "do regime e dos princípios por ela adotados", verbis: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".*

**5. DIVERGÊNCIAS LATERAIS QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO.** *Anotação de que os Ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso convergiram no particular entendimento da impossibilidade de ortodoxo enquadramento da união homoafetiva nas espécies de família constitucionalmente estabelecidas. Sem embargo, reconheceram a união entre parceiros do mesmo sexo como uma nova forma de entidade familiar. Matéria aberta à conformação legislativa, sem prejuízo do reconhecimento da imediata auto-aplicabilidade da Constituição.*

**6. INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TÉCNICA DA "INTERPRETAÇÃO CONFORME"). RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO FAMÍLIA. PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES.** *Ante a possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do art. 1.723 do Código Civil, não resolúvel à luz dele próprio, faz-se necessária a utilização da técnica de "interpretação conforme à Constituição". Isso para excluir do dispositivo em causa qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.'*

Diante desse quadro, a concessão de benefícios previdenciários aos casais homoafetivos dar-se-á nos mesmos moldes para com os casais heteroafetivos, devendo-se exigir dos primeiros o mesmo que se exige dos segundos. No caso de pensão por morte, a qualidade de segurado do *de cujus*, o vínculo de afetividade e a dependência econômica presumida.

No presente feito o autor busca a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte, na qualidade de companheiro homoafetivo de \_\_\_\_\_, falecido em 11.12.2008, conforme certidão de óbito de fl. 36.

A qualidade de segurado do falecido está devidamente demonstrada uma vez que restou comprovado que, à época do óbito, ele possuía vínculo empregatício, nos termos do art. 15, da Lei nº 8.213/91 (v. fl. 42).

De outra parte, observo que a condição de dependente do autor em relação ao "de cujus", na qualidade de companheiro homoafetivo, restou comprovada.

Com efeito, da análise dos documentos de fls. 36/39, constata-se que o autor de o *de cujus* residiam no mesmo endereço (Travessa \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ - São Bernardo do Campo/SP), sendo que o postulante foi a pessoa quem declarou o óbito, assinou a guia de sepultamento, o recibo da prestação de serviços funerários e a declaração do cemitério municipal.

Ademais, era o autor da pensão que fazia o acompanhamento escolar dos filhos dos requerentes, consoante se verifica das fichas individuais de rendimento escolar, fotos e declaração assinada pela Diretora da Escola Professora \_\_\_\_\_ (v. fls. 59/66).

Por fim, as declarações de convivência de fls. 67, 69, 72 e 76 foram uníssonas em afirmar que o autor vivia com \_\_\_\_\_, demonstram que eles ostentavam a condição de casal homoafetivo. Assim, comprovada a existência da relação de união estável, prescindível trazer aos autos qualquer outra prova de dependência econômica, eis que esta é presumida, nos termos do § 4º, do artigo 16, da Lei nº 8.213/91 por se tratar de dependente arrolado no inciso I do mesmo dispositivo.

***Artigo 16 - São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:***

***I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido;***

.....

***§ 4º - A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada.***

Destarte, restam preenchidos os requisitos legais necessários para a concessão do benefício de pensão por morte.

O termo inicial do benefício é a data do óbito, ou seja, 11.12.2008 uma vez que o pedido foi efetuado dentro do prazo de trinta dias antes do óbito, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 8.213/91 (v. fl. 34).

Cumpra, ainda, explicitar os critérios de cálculo da correção monetária e juros de mora.



A correção monetária incide sobre as prestações em atraso, desde as respectivas competências, na forma da legislação de regência, observando-se que a partir de 11.08.2006 o IGP-DI deixa de ser utilizado como índice de atualização dos débitos previdenciários, devendo ser adotado, da retro aludida data (11.08.2006) em diante, o INPC em vez do IGP-DI, nos termos do art. 31 da Lei nº 10.741/2003 c.c o art. 41-A da Lei nº 8.213/91, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.430, de 26.12.2006.

O art. 1º-F, da Lei 9.494/97 tem natureza instrumental, devendo ser aplicado aos processos em tramitação (STJ, EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.207.197-RS, REL. MIN. CASTRO MEIRA, 18.05.2011). Sendo assim, com o advento da Lei nº 11.960/09, art. 5º, os juros incidirão uma única vez e serão aqueles aplicados à caderneta de poupança (0,5%), a partir da citação, de forma global para as parcelas anteriores a tal ato processual e de forma decrescente para as parcelas posteriores até a data da conta de liquidação, que der origem ao precatório ou a requisição de pequeno valor - RPV.

A base de cálculo dos honorários advocatícios, fixados em 10%, corresponde às prestações vencidas até a data em que foi proferida a r. sentença recorrida, nos termos da súmula 111 do E. STJ, em sua nova redação e de acordo com entendimento firmado por esta 10ª Turma.

### **3. Conclusão**

Diante do exposto, **rejeito as preliminares de incompetência da Justiça Federal e impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, nego provimento aos recursos de apelação dos réus.**

**É como voto.**

**DAVID DINIZ**  
**Juiz Federal Convocado**

---

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): DAVID DINIZ DANTAS:10089  
Nº de Série do 0F010B326C219085

Certificado:

Data e Hora: 31/1/2012 17:36:57

---

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0007468-42.2009.4.03.6317/SP**

2009.63.17.007468-4/SP

RELATOR : Juiz Federal Convocado DAVID DINIZ  
APELANTE : \_\_\_\_\_ incapaz e outro  
: \_\_\_\_\_ incapaz  
ADVOGADO : ANA CRISTINA FRONER FABRIS e outro  
REPRESENTANTE : \_\_\_\_\_  
ADVOGADO : ANA CRISTINA FRONER FABRIS  
APELANTE : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS  
ADVOGADO : ELIANA FIORINI e outro  
: HERMES ARRAIS ALENCAR  
APELADO : \_\_\_\_\_  
ADVOGADO : ROSANGELA MARIA VIEIRA DA SILVA e outro  
APELADO : OS MESMOS  
No. ORIG. : 00074684220094036317 3 Vr SAO BERNARDO DO  
: CAMPO/SP

**RELATÓRIO**

**O Exmo. Sr. Juiz Federal Convocado David Diniz (Relator):** Tratam-se de apelações interpostas pelos réus em face de sentença que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte em favor de \_\_\_\_\_, decorrente do óbito de seu companheiro homoafetivo, a partir do requerimento administrativo. As prestações atrasadas deverão ser pagas com correção monetária de acordo com a Resolução CJF n.º 134/10, desde os respectivos vencimentos, e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês, desde a citação até 30/06/2009, quando os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97. A autarquia foi condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das prestações vencidas até a data da sentença. Os demais réus também foram condenados ao pagamento de honorários advocatícios, porém os efeitos foram suspensos por ter sido deferido a assistência judiciária gratuita. Não houve condenação em custas.

O INSS, em suas razões de inconformismo, postulou a integral reforma da sentença, sustentando que o autor não demonstrou a condição de companheiro homoafetivo do *de cuius* \_\_\_\_\_, morte em 11/12/2008. Subsidiariamente, pede que o benefício seja pago apenas a partir da habilitação

do autor, nos termos do art. 76 da Lei n.º 8.213/91, e, finalmente, que os honorários advocatícios sejam reduzidos de forma a se adequarem o quanto disposto na Súmula n.º 111 do Superior Tribunal de Justiça.

Os demais réus, filhos menores do autor da pensão, alegam no recurso de apelação, preliminarmente, incompetência absoluta da Justiça Federal e impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, que não houve a demonstração de união estável homoafetiva.

Com as contrarrazões, os autos subiram a esta Corte.

Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo improvimento das apelações.

**É o relatório.**

**DAVID DINIZ**  
**Juiz Federal Convocado**

---

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): DAVID DINIZ DANTAS:10089

Nº de Série do Certificado: 0F010B326C219085

Data e Hora: 31/1/2012 17:36:46

---